LINHA DIRETA

ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
UNIÃO E TRABALHO!

#28 | Ano XXVII | Agosto de 2020

Momento atual é temerário para se fazer uma Reforma Administrativa, conclui Live ANFIP

A ANFIP realizou mais uma Live – Série ANFIP, um debate totalmente on-line e com transmissão ao vivo pelas redes sociais da Entidade. Na edição de quarta-feira (5/8), o tema abordado foi a "Reforma Administrativa – Em defesa de um Serviço Público de Qualidade".

O presidente Décio Bruno Lopes e os vice-presidentes Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais) e José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Política Salarial) representaram a ANFIP. Como convidados, participaram os deputados federais Professor Israel Batista (PV/DF) e Tiago Mitraud (Novo/MG), participou também o presidente do Fórum Nacional Permanentes de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques.

Para a ANFIP, a Reforma Administrativa é um tema de extrema importância não só para o serviço público, mas para toda a sociedade. "Em momentos em que se trata de reformas estruturais do Estado brasileiro e de servidores públicos, vem sempre aquela preocupação de quais os serviços públicos que nós teremos", afirmou Décio Lopes. Ele sugeriu a seguinte reflexão: "se hoje os serviços públicos não funcionam como deveriam, o problema é o servidor ou a falta de condição de trabalho?".

A preocupação do presidente da ANFIP é também com o impacto gerado em todo o país pela pandemia da Covid-19. "Em momento de crise sanitária, entendemos que não seja o momento de uma discussão de grandes reformas, que traduzem em uma nova estrutura de Estado brasileiro. Neste momento, os parlamentares e o governo federal deveriam estar muito mais preocupados em salvar vidas. E salvar vidas significa salvar também empregos e a economia do país", ressalta.

Já o deputado Professor Israel Batista lembrou que a discussão de Reforma Administrativa acontece toda vez que um país vive uma crise fiscal. "Essa crise fiscal, geralmente, é provocada por uma crise econômica. Aí surge a solução da Reforma Administrativa, que é uma solução de gaveta. No fundo, é uma reforma que pretende cortar gastos públicos. E é aí que mora o perigo". O parlamentar foi enfático: "não há clima para uma discussão estrutural".

Continua na Próxima Página

Faça seu pedido da Agenda 2021 até 5 de setembro
Página 2

Lançada publicação com medidas tributárias
Página 3

ANFIP Conectada apresenta benefícios
Página 8

Segundo o Professor Israel Batista, outro problema deve ser observado no momento em que se discute uma reforma tão profunda como a Administrativa: "O governo brasileiro tem protagonizado uma perseguição, sem precedentes na nossa história, desde a Constituição de 1988. Instaurou uma verdadeira caças às bruxas. O clima de perseguição [aos servidores públicos] é muito grave! Eu digo que não é momento de uma reforma estrutural como essa, porque eu não confio no governo para me sentar à mesa [de negociação] com ele, infelizmente. Não há ambiente de confiança para a Reforma Administrativa".

Construção da proposta

Na mesma linha, o presidente do Fonacate, Rudinei Marques, criticou o clima de perseguição do governo federal aos servidores públicos, mas, reconhece que há a necessidade de se fazer uma Reforma Administrativa: "Temos que discutir a reforma porque o Estado tem que estar em constante aperfeiçoamento. Tem várias áreas que precisamos discutir em conjunto e é importante que nós saibamos articular todos os atores desse processo".

O coordenador da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa, deputado Tiago Mitraud, diz concordar que este não é um dos melhores momentos, mas, que a Reforma Administrativa é necessária. "Precisamos assumir a nossa responsabilidade. Não há como discordar do fato de que hoje a nossa estrutura de Administração Pública precisa ser reformada". Sobre a justificativa para se fazer a Reforma Administrativa, disse que existe sim uma questão fiscal, que é importante, mas não é apenas isso.

O deputado Tiago Mitraud também comentou o ponto da proposta que trata do fim da estabilidade no serviço público, ponto muito polêmico e que traz bastante preocupação para os servidores. "A gente não pode achar que uma Reforma Administrativa está só relacionada a esse único aspecto. A gente tem que implementar uma Reforma Administrativa que revise todo o ciclo de vida do servidor dentro do serviço público e, também, a própria estrutura do Estado".

Na avaliação de Eucélia Mergár, os servidores públicos já vêm sofrendo mudanças na legislação ano após ano. "Esse assunto está impactando a vida do servidor, num momento de muita insegurança. Vemos que a Reforma Administrativa é constante, temos constantemente nossos instrumentos sendo alterados. A situação não seria um problema de gestão da Administração Pública?".

Da mesma forma, José Arinaldo Ferreira considera que o debate sobre o tema deve ser mais profundo e pensando a longo prazo. "A Reforma Administrativa deveria tratar de Administração Pública e isso é uma questão gerencial. Não adianta se fazer leis e atos. Eu vejo esse diálogo como uma coisa muito casuística, uma coisa que o Parlamento está colocando casuisticamente, porque já existem muitas alterações feitas ao longo dos anos".

O debate pode ser conferido aqui. https://youtu.be/KMtOgQtE8ws

Agenda 2021: Associados interessados devem manifestar interesse até dia 5/9

Associados, a Agenda 2021 já está em produção. Como é feito todos os anos, ela só será enviada para aqueles que manifestarem interesse em receber.

Então, não perca tempo! Quer a Agenda 2021? Envie, até dia 5 de setembro, para cadastro@anfip.org.br, o seu nome completo e o pedido de recebimento.

Ressaltamos que, como as agendas serão produzidas exatamente de acordo com a demanda, elas serão enviadas para aqueles que manifestarem agora o interesse.

Expediente Linha Direta

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITOR
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Thayná Rodrigues e Ludmila Machado

ESTAGIÁRIO
Manina Rodrigues

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado

ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
UNIÃO E TRABALHO!

www.instagram.com/anfipnacional www.facebook.com/anfip.nacional www.twitter.com/anfipnacional www.youtube.com/anfipoficial

Lançada publicação com medidas tributárias efetivas para reconstrução do país

A ANFIP, juntamente com tributaristas, economistas e carreiras do fisco, reunidas para pensar uma reforma tributária mais justa para a sociedade, lançou nesta quinta-feira (6/8) a publicação "Tributar os super-ricos para reconstruir o país". São oito medidas para enfrentar a crise econômica pós Covid-19 e, ao mesmo tempo, combater a desigualdade e corrigir distorções do sistema tributário adotado no Brasil.

Para o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Cesar Roxo Machado, a ANFIP tem enorme satisfação de, por meio de mais uma publicação, apresentar propostas efetivas para enfrentar a crise e ajudar a reconstruir o país.

Cesar Roxo destacou o início dessa jornada, com a Reforma Tributária Solidária (RTS) em que, juntamente com a Fenafisco, criou um grupo de trabalho formado por especialistas e acadêmicos, coordenados pelo professor Eduardo Fagnani, para esmiuçar o sistema tributário. Deste trabalho resultaram três publicações extremamente detalhadas sobre o sistema. "A RTS é reconhecida e usada como referência por dar progressividade ao sistema tributário", disse, ao lembrar que o trabalho é conteúdo da emenda substitutiva global apresentada à PEC 45/2019. Depois desse trabalho, também foi lançado o manifesto "Tributar os ricos para enfrentar a crise", que aborda a tributação progressiva para o financiamento das políticas públicas. "Nos sentimos gratificados em contribuir para o debate. Estamos todos de parabéns", finalizou.

Propostas – Eduardo Fagnani, que também coordenou a atual publicação, reforçou o pioneirismo e a importância da RTS por ser uma iniciativa que buscou tirar o debate da reforma tributária somente da simplificação. "Foi o maior diagnóstico sobre o tema", afirmou. As atuais oito propostas, lançadas agora, para o economista, são um acúmulo técnico dos últimos três anos. "É o único trabalho que enfrenta a regressividade do sistema", frisou.

"Tributar os super-ricos para reconstruir o país" reúne oito propostas de leis tributárias que isentam os mais pobres e as pequenas empresas, fortalecem Estados e Municípios, geram acréscimo na arrecadação estimado em R$ 292 bilhões e incidem sobre as altas rendas e o grande patrimônio, onerando apenas os 0,3% mais ricos.

As propostas corrigem as distorções do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF); implementam o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF); ampliam a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do setor bancário e extrativo; criam e instituem a Contribuição Social sobre Altas Rendas (CSAR); modificam as regras do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD); desoneram o Simples; criam novas regras de repartição com estados e municípios e medidas de revisão dos benefícios fiscais de combate à sonegação fiscal.

A publicação é uma iniciativa das seguintes entidades: Auditores Fiscais pela Democracia (AFD); Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP); Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco); Instituto Justiça Fiscal (IJF) e das delegacias sindicais do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional) de Belo Horizonte, Brasília, Ceará, Curitiba, Florianópolis, Paraíba, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Salvador.

Baixe o conteúdo completo:
DOCUMENTO-SÍNTESE
DOCUMENTO-EXECUTIVO
DOCUMENTO COMPLETO

Assista ao lançamento: **https://youtu.be/bW5O6OD49CA**

Presidente da ANFIP recebe certificação profissional para atuar na Jusprev

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, recebeu no último dia 31 de julho a Certificação Profissional do ICSS (Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social), com Ênfase em Administração, para atuar na Jusprev. A certificação é obrigatória para exercer atividade nas entidades fechadas de previdência complementar.

Décio Lopes é presidente do Colégio de Instituidoras da Jusprev, a Previdência Associativa do Ministério Público, da Justiça brasileira e dos Auditores Fiscais da Receita Federal, fundada em 2007 por uma rede de associações representativas de membros de carreiras públicas.

É uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que atua com a máxima transparência na gestão de seus produtos. A ANFIP é uma das integrantes do Colégio de Instituidores da Jusprev, cujo plano de benefícios está à disposição de todos os associados e de seus dependentes.

Além do presidente da ANFIP, possuem o certificado o vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, assim como o presidente da ANFIP-AM, Miguel Arcanjo Simas Nôvo.

Informações sobre os planos podem ser obtidas pelos telefones 0800 701 6167 (Zuleide – ANFIP) e 0800 052 3434 (Débora – Jusprev).

Frente Parlamentar analisa propostas de reforma tributária

A ANFIP acompanhou na quinta-feira (6/8) reunião virtual da Frente Parlamentar Mista da Reforma Tributária, a convite do presidente, deputado federal Luis Miranda (DEM/DF). No encontro foi dada continuidade às apresentações das propostas que tramitam no Congresso Nacional e analisadas como a Frente Parlamentar pode contribuir com o debate.

O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, Cesar Roxo Machado, questionou ao deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL/SP), que apresentou detalhes da PEC 7/2020, de sua autoria, como reduzir a carga tributária sobre o consumo, no Brasil, para aproximá-la da dos EUA -o que na avaliação do vice-presidente seria bom-, sem gerar problemas de caixa nos estados. Cesar Roxo também quis saber qual seria a base de cálculo do novo tributo que substituiria os tributos sobre o consumo, propriedade e renda, sugerido pelo parlamentar na PEC 7/2020. "Me preocupa sendo a renda o fator, como ficaria o acúmulo de patrimônio ao longo dos anos, que não seria considerado pelo novo tributo?", questionou. Para Cesar Roxo, é importante que a alíquota seja progressiva, tanto na renda quanto patrimônio, para reduzir as desigualdades no país. A proposta aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara.

"Temos que mudar a base da carga tributária do consumo para o patrimônio e a renda. Minha preocupação é como, nesse momento, fazer isso se as únicas propostas que tramitam tratam apenas de simplificação da tributação sobre o consumo", frisou Cesar Roxo.

Tramitam no Congresso três proposições que tratam do assunto, a PEC 45/2019, que está na Câmara, a PEC 110/2019, no Senado, e o PL 3887/2020, apresentado pelo governo, prevendo a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) por meio da unificação do PIS e da Cofins. O deputado Luis Miranda também apresentou a PEC 128/2019, que tem como inspiração a Reforma Tributária Solidária, que aguarda análise da CCJ para iniciar sua tramitação.

ANFIP participa de segundo episódio do Nosso SUS

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, participou como debatedor da segunda live da minissérie digital em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), na quinta-feira (6/8). O debate realizado pela Agência Servidores em parceria com a ANFIP e outras entidades de classe abordou "O SUS por ex-ministros da Saúde". O evento foi mediado por Simone Braga, jornalista da TV Câmara do Rio de janeiro.

O vice-presidente Executivo da ANFIP, Márcio Humberto Gheller, destacou que o SUS é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo. "O SUS está fazendo 30 anos no próximo mês. Um sistema que se propõe a ser único e universal, não é algo simples, fácil e barato. Enfrentar o desafio de atender milhões de pessoas é uma tarefa árdua", afirma.

Foram convidados como palestrantes e debatedores, além da ANFIP, a vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz (Asfoc), Mychelle Alves, e os ex-ministros da Saúde José Saraiva Felipe, José Gomes Temporão e Ricardo Barros que, atualmente, é deputado federal (PP/PR).

Décio Lopes explicou sobre o funcionamento da saúde no país antes da criação do SUS. E relembrou o antigo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), que disponibilizava planos de assistência à saúde apenas para os contribuintes da Previdência. Em 1988, foi instaurado o sistema universal, que deu direito à saúde a todo cidadão, até mesmo aos não vinculados a um plano de previdência. "O Inamps teve seu papel naquele momento em que existiu, mas foi extremamente importante a criação desse novo sistema que é muito valioso para o salvamento de vida dos brasileiros", pontuou.

Décio Lopes destacou ainda que há muito tempo a ANFIP vem debatendo a importância da Seguridade Social como um amplo sistema de proteção social, seja na Previdência, Saúde ou Assistência Social. "Quem financia esse sistema é exatamente o povo brasileiro através dos seus tributos, e é importante ressaltar que além das questões de financiamento, o problema das falhas no sistema também passa por questões de gestão e política", alertou.

Assista o debate completo **aqui**. O webinar acontece toda quinta-feira, até o dia 3 de setembro, das 10h às 12h, abordando questões relacionadas ao SUS. Para mais informações, acesse **https://nossosus.com.br/**.

ANFIP acompanha debate sobre a formalização da legislação dos RPPS

A Associação Nacional de Entidades de Previdência Municipal (Aneprem) promoveu um workshop interativo, na terça-feira (4/8), para debater a importância dos colegiados na formalização da legislação dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). O presidente da ANFIP e conselheiro do Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social (CNRPPS), Décio Bruno Lopes, acompanhou o debate.

Para a live, foram convidados Allex Albert Rodrigues, subsecretário dos Regimes Próprios de Previdência Social da Secretaria de Previdência (SPrev-ME); Jefferson Zaneti, diretor jurídico do Paraná Previdência e membro da Comissão Permanente de Acompanhamento de Ações Judiciais Relevantes (Copajure); Eliton Oliveira de Souza, membro do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (Conaprev) e CNRPPS; e Marcelo Fernandes, Diretor da Aneprem e Membro do Copajure. O presidente da Aneprem, Heliomar Santos foi o anfitrião deste evento.

Ao debater a importância dos colegiados Conaprev, Copajure e CNRPPS, Heliomar Santos destacou que esses conselhos vêm crescendo a cada momento, participando de discussões sobre as legislações, comissões, audiências públicas e sugerindo emendas, se tornando indispensáveis na formalização da legislação dos RPPS.

No encontro on-line, os convidados também abordaram a Portaria 18.084/2020, que prorrogou para 30 de setembro o prazo para que os municípios com RPPS façam a adequação necessária de contribuição previdenciária.

Assista este e outros debates produzidos pela entidade:

https://youtu.be/rCZNlu8f9CQ

Live discute a regulamentação das atividades exclusivas de Estado

O Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (Sinagências) promoveu na quarta-feira (5/8) mais uma edição do Ciclo de debates Regulação Livre. Na edição, a entidade debateu a "Regulamentação das atividades exclusivas de Estado". O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, acompanhou o evento virtual.

O debate foi mediado pelo presidente do Sinagências, Alexnaldo Queiroz de Jesus, e contou com a participação dos representantes da entidade Wagner Dias, diretor financeiro adjunto, e Eduardo Simões, Secretário-geral adjunto.

Na ocasião os debatedores falaram sobre o Projeto Arca, que propõe a regulamentação das carreiras que exercem atividades exclusivas de Estado, contempla a transformação do quadro específico em quadro efetivo e a possibilidade de todas as carreiras da regulação terem a mesma tabela de todas as carreiras típicas de Estado, entre outros pontos.

Vilson Romero avaliou que esta será uma das definições centrais de uma futura reforma administrativa: a das carreiras que exercem funções típicas e indelegáveis no serviço público, sem similaridade na iniciativa privada. "A partir daí, iniciará o debate sobre quais servidores, obrigatoriamente, deverão ter estabilidade, não em defesa do funcionário, mas pela preservação do próprio Estado", acrescenta o assessor.

A transmissão completa está disponível no canal do Sinagências.

MCCE atualiza entidades parceiras sobre as atuações durante a pandemia

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) realizou mais uma reunião online com as entidades parceiras, na quarta-feira (5/8), para atualizar os envolvidos sobre os projetos e atuações que estão sendo realizadas pela entidade durante o período de pandemia. Pela ANFIP, o vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, participaram da videoconferência.

Combate à desinformação

O Movimento participou das discussões sobre o Projeto de Lei (PL) n° 2.630/2020, aprovado no Senado e encaminhado para a Câmara dos Deputados, que institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Além disso, também entrou no ciclo de debates públicos virtuais, na Câmara, sobre a regulamentação de notícias falsas no Brasil, sobretudo durante o processo eleitoral, como parte da estratégia para evitar a corrupção digital, um dos problemas que vem crescendo no país e um dos princípios do projeto "Democracia digital".

Na última semana de julho, o MCCE fez uma aproximação entre o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Instituto Nacional Eleitoral do México (INE), dando prosseguimento à articulação em prol do combate à desinformação. A sociedade civil da Bolívia também foi acionada, participando de um bate-papo sobre eleições em meio à pandemia, considerando as eleições presidenciais que acontecem no país em setembro.

Adiamento das Eleições Municipais de 2020

O adiamento das Eleições para novembro, de acordo com a entidade, trouxe inquietações sobre os impactos na eficácia da Lei da Ficha Limpa, tendo em vista a possibilidade de reeleição de políticos impedidos de participar do processo eleitoral. Foi realizada, então, uma consulta ao TSE, questionando se o adiamento alteraria os prazos de inelegibilidade estipulados pela Lei.

Segundo Melillo Dinis, após o despacho, será feita uma petição solicitando o *amicus curiae* (amigo da corte), instrumento de aperfeiçoamento nos processos de controle de constitucionalidade, mesmo com riscos de negação.

Programa de Compliance e Integridade Partidária

Apesar de o MCCE evitar relação direta com partidos políticos, a entidade abriu uma exceção e aceitou o convite do Podemos (PODE) para participar do Programa de Compliance e Integridade Partidária. Foi feita uma reunião para a apresentação da iniciativa, que, segundo Luciano Caparroz, é um programa "robusto e interessante". Para ele, é o primeiro partido que faz um programa nesse sentido de forma completa e em concordância com a linha de transparência, integridade e conformidade dos partidos, em que o Movimento está caminhando.

ESTADUAL

Tentativa de golpe utiliza nome de diretores e funcionária da Agafisp

A ANFIP-SP – Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em São Paulo – identificou na semana passada uma tentativa de golpe que utilizou o nome de diretores e funcionários da associação do Rio Grande do Sul, a Agafisp. Os golpistas falaram por telefone com o Departamento Financeiro, além do presidente da ANFIP-SP, Genésio Denardi.

A ligação para o Departamento Financeiro foi feita por alguém que se passava pelo tesoureiro da entidade gaúcha, Cláudio Macedo Dorneles. O contato visava a transferência de R$ 3 mil para custear o serviço funerário dos pais de uma funcionária da Agafisp, Leila Maria Garcês, que teriam sofrido um acidente automobilístico fatal em Campinas. A história era falsa.

O presidente da ANFIP-SP recebeu ligação de outra pessoa. "Ela se identificou como o vice-presidente Luís Carlos dos Santos. E pediram ajuda para a ANFIP-SP pelo suposto acidente ter acontecido no Estado e porque não conseguiam fazer a transferência para a funcionária por um problema de sistema", explica Denardi. Durante a ligação, fizeram a promessa de que os R$ 3 mil seriam devolvidos assim que conseguissem fazer a transferência.

A pessoa no telefone disse que Dorneles e a presidente da Agafisp, Dulce Wilennbring de Lima, estavam em contato com o Departamento Financeiro da ANFIP-SP para resolver as questões para a transferência. Eles haviam ligado para o PABX da entidade. Denardi, então, solicitou que fossem passados os dados para transferência e que a ligação fosse encerrada.

Em seguida, desconfiado, Denardi ligou para Dulce. Como a ligação caiu na caixa postal, ele deixou um recado na Agafisp para ela retornar a ligação urgentemente. "Quando ela me ligou, expliquei a situação e tive a confirmação da tentativa de golpe. Não houve nenhum acidente fatal nem funcionária com o nome mencionado. Liguei para o Financeiro da ANFIP-SP e pedi para que não atendessem mais nenhuma ligação sobre esse assunto", informa.

Genésio Denardi ressalta a importância de não se deixar levar pela suposta urgência desses pedidos de depósitos e transferências. "Temos de manter a atenção diante de todas as possibilidades. Infelizmente, mesmo durante uma pandemia, as pessoas usam artifícios dos mais sorrateiros para obter algum tipo de vantagem", lamenta.

BENEFÍCIOS

Seu Clube de Vantagens tem as melhores drogarias

Já ativou seu cadastro no ANFIP tem + Vantagens, o clube de benefícios para os associados? Ative sua conta e aproveite os descontos. Estão disponíveis ofertas imperdíveis em diversas drogarias e farmácias on-line para você comprar no conforto da sua casa.

Acesse e aproveite https://anfip.temvantagens.com.br/login.

Concorra a 12 meses de plano odontológico!

Já pensou em ganhar 12 meses de plano odontológico exclusivo do seu Clube de Vantagens? É fácil! Basta entrar no sorteio ANFIP, em parceria com a MarktClub, acessando o portal ANFIP Tem+Vantagens e fazendo seu login em conta. As inscrições podem ser feitas até o dia 31 agosto e o sorteio será realizado em 1° de setembro de 2020.

Salve a data e fique atento(a) às próximas atualizações. Boa sorte!

Em caso de dúvidas, entre em contato pelos telefones (61) 99439-9438 ou (61) 3202-3003.

Descontos exclusivos em cursos presenciais

Quer fazer uma graduação presencial com 40% de desconto no curso todo? Só a parceria da ANFIP com a Cruzeiro do Sul Educacional oferece essa facilidade aos associados.

E tem mais uma novidade! As matrículas estão isentas até o dia 30 de agosto, assim com o aluno só começa a pagar a mensalidade em setembro. Acesse AQUI e confira! https://cruzeirodosulcorporativa.com.br/

Acesse os dados da sua previdência complementar

Nada melhor do que poder acompanhar seus sonhos bem de perto, não é mesmo? Com a aposentadoria na JUSPREV, não poderia ser diferente. No Portal Meu Futuro, o participante tem acesso a todos os dados da sua previdência complementar. É possível acompanhar o saldo individual, os dados cadastrais, os beneficiários, qual o plano contratado, valores das contribuições e ainda fazer simulações da aposentadoria.

Acesse AQUI o Portal Meu Futuro. https://www.meufuturo.net.br/jusprev/

ANFIP Conectada apresenta benefícios e plano de saúde a associados

A quarta edição do projeto ANFIP Conectada foi realizada nesta quinta-feira (6/8). Por meio de plataforma virtual e debate ao vivo, a Entidade levou informações aos associados de todo o país. Na primeira parte da reunião, foram abordados o Plano de Saúde ANFIP/Unimed Vitória e a ampla variedade de benefícios e convênios disponibilizados pela Associação.

O vice-presidente de Serviços Assistenciais, Ariovaldo Cirelo, conduziu a reunião, que contou com mediação da vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, e participação do presidente Décio Bruno Lopes.

Décio Lopes destacou o compromisso da ANFIP com a transparência e em informar sempre os associados sobre as ações da Entidade, mesmo em tempo de pandemia e distanciamento social. "Esse momento tem sido um desafio para nós, mas, com o uso da tecnologia, temos conseguido estar próximos aos nossos associados. A ANFIP não parou, sempre esteve ativa e continua trabalhando e prestando serviços e informações aos nossos associados. Nós estaremos sempre conectados a vocês!".

Ariovaldo Cirelo ressaltou que, além do plano de saúde, a Entidade busca oferecer cada vez mais benefícios aos associados, que se estendem também aos dependentes. "Queremos mostrar ao nosso associado tudo que a ANFIP tem para ele. O plano de saúde sempre foi a preocupação maior desta gestão. Inclusive, criamos uma comissão para estudar melhorias no plano e para que a gente possa crescer. Tem ainda plano odontológico, atendimento pré-hospitalar, ConsultÁgil, reembolso de cursos, financiamento de equipamentos de informática, auxílio funeral, Banco Alfa e muito mais. E eu me refiro apenas aos Serviços Assistenciais, fora as outras áreas, como Jurídico, Jusprev, Previx. Tudo isso está disponível em nosso site".

Para falar sobre o plano de saúde Unimed Vitória e esclarecer as dúvidas dos associados, participaram o coordenador de Relacionamento Empresarial da Benevix, Igor Brum Barcellos, e o consultor da administradora do plano de saúde, Márcio de Oliveira Almeida. Eles se revezaram e prestaram esclarecimentos sobre as seguintes questões:

Exame da Covid-19 – Segundo a Benevix, desde o início da pandemia, a Unimed está liberando o exame PCR (feito com o cotonete). Já o IGG e IGM, a operadora e nenhum outro plano de saúde cobre, conforme determinação da Agência Nacional de Saúde (ANS). Para que a empresa libere o exame, há uma série de requisitos que precisa ser preenchida, como indicação técnica para a realização do exame, apresentar sintomas e ser feito até o 8º dia após ter os primeiros sintomas.

Plano odontológico – A UnimedOdonto é oferecida, sem custo adicional, para todos que possuem o plano nacional da Unimed Vitória. A cobertura garante consultas, urgência 24 horas, prevenção, tratamentos de gengiva e de canal, radiografias e cirurgias.

SOS Remoção – Pode ser contratado pelo valor de R$ 8 mensal. Ao contratar, tem alguns facilitadores, como interlocução com alguns hospitais e até atendimento de aeromédico (helicóptero, ambulância, avião) e atendimento médico por telefone.

Coparticipação – O limitador é por pessoa e não por procedimento. Assim, independente da quantidade de procedimentos que o associado faça, o valor será de R$ 250. A coparticipação não é imediata, explicam, mas, tem a garantia de que o valor é limitado em R$ 250.

Homecare – Aqui, de acordo com a Benevix, o associado precisa entender que o homecare não é cuidado com o idoso. Ele é para aquele paciente que deveria estar internado, tem indicação para ficar no hospital, e pode ser solicitado que ele vá para casa.

Atendimento no RJ – A Unimed Rio tinha problemas de rede, não só no Rio de Janeiro, como também em todo o Brasil. Foram realizadas algumas reuniões com a Benevix e feito um plano de ação para melhorar o atendimento. Segundo a administradora, o serviço prestado já melhorou e o problema é pontual, é da própria Unimed Rio.

Exame laboratorial – Alguns laboratórios no RJ não estão aceitando fazer exames pela Unimed, por entender que se paga pouco. Como a Unimed Rio tem pouco poder de negociação, é importante procurar outro laboratório que faça o exame pela Unimed e não pagar nenhum valor à parte.

Guia médico – Devido às atualizações, que acontecem permanentemente, é mais indicado utilizar o aplicativo ou o próprio site da Unimed. A Benevix vai disponibilizar um passo a passo, que será divulgado no site da ANFIP, para mostrar como acessar o guia da Unimed Vitória.

Mensalidade – Para os representantes da Benevix, é preciso pensar o plano de saúde a longo prazo. A preocupação é não deixar ninguém sem cobertura ou assistência. "O grande segredo para que a gente consiga melhorar os preços dos planos da ANFIP é trazer outros associados e associados jovens para o plano. O grande trabalho que a gente tem feito esse ano é buscar esses novos clientes", garantem.

Canais de atendimentos - Pelo 0800 704 6967, o associado ANFIP têm atendimento telefônico exclusivo, oferecido apenas a quem faz parte do plano de saúde ANFIP/Benevix/Unimed.

Clube de Vantagens

O diretor Comercial da MarktClub, Roberto Niwa Camilo, parceira da ANFIP, também participou como convidado do encontro. Ele explicou todos os benefícios da plataforma de convênios ANFIP Tem +Vantagens. No Clube de Vantagens são oferecidos aos associados preços e condições especiais, nas mais de 12 mil empresas físicas espalhadas em todo o país, em variados produtos e serviços, como: medicamentos, educação, concessionárias, viagens, hospedagens, dentre outros.

Além disso, constantemente, a empresa lança campanhas exclusivas aos associados da ANFIP. Nelas, além de prêmios, o associado pode concorrer a um ano de mensalidade em plano odontológico. Acesse o portal ANFIP Tem+Vantagens, faça seu login e fique por dentro de todos os benefícios.

ANFIP debate aposentadoria do servidor e apresenta plano de ação para associados

Em continuidade à quarta edição do projeto ANFIP Conectada, realizada nesta quinta-feira (6/8), foi apresentado o plano de ação da ANFIP para os Auditores Fiscais ativos, aposentados e pensionistas associados, visando oferecer maior qualidade de vida e segurança. A vice-presidente de Aposentadorias e Pensões, Tereza Liduína Santiago Félix, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, conduziram a reunião virtual, que também tratou sobre o RPPS do servidor público federal, mais especificamente para o ativo que já implementou as condições para solicitar o benefício da aposentadoria.

"É sempre bom lembrar o nosso associado do compromisso da ANFIP com a valorização do Auditor Fiscal e com o fortalecimento da Receita Federal do Brasil. Nesta trajetória, que já faz 70 anos, a ANFIP tem defendido os direitos e as garantias dos Auditores Fiscais em atividade, aposentados e dos pensionistas", iniciou Liduína Félix.

A vice-presidente comentou, ainda, sobre a missão na qual está envolvida durante sua posição à frente da área de Aposentadorias e Pensões da Associação. "Nós temos um plano de ação, que tem como primeiro item, e como meta, a manutenção e consolidação dos direitos e garantias legais e constitucionais conferidos aos aposentados e pensionistas, assegurando, também, todos os direitos que são garantidos aos Auditores Fiscais em atividade. Defendemos as prerrogativas do Auditor Fiscal, ressaltando a importância de suas atribuições privativas enquanto Carreira Típica de Estado".

Projetos

Em colaboração com as demais vice-presidências, Liduína Félix têm planos para o fortalecimento da gestão e para solucionar, na medida do possível, as reivindicações e demandas dos associados da ANFIP. "Temos em nosso plano de ação um projeto para a elaboração de um guia de informações úteis. Este guia conterá informações básicas de cada estado sobre o plano de saúde, bem como orientações em casos de óbito, agregados, documentações e muito mais. Além de ser disponibilizado em papel, as informações devem estar disponíveis na área restrita da ANFIP, ou seja, digitalizado, para estar na palma da mão dos associados", completou.

Dentro do guia, ainda serão disponibilizados conteúdos importantes sobre Previdência, endereços de locais de interesse relacionados à consignação, problemas com a folha de pagamento, orientações sobre herdeiros e sobre tudo o que a Associação oferece ao seu corpo associativo, como cursos e outras demandas. Segundo a conselheira, o projeto reflete o grande anseio da categoria em obter todas as informações confiáveis e atualizadas.

"Outro projeto que estamos trabalhando há mais tempo, relacionada ao apoio, valorização e integração do associado, partiu de uma tese apresentada na última Convenção Nacional, pela colega Sandra Tereza. O projeto consiste no mapeamento de todos os serviços e benefícios que a ANFIP oferece, no caso, mais de 12 mil pontos de serviços totalmente variados e que garantam uma qualidade de vida saudável e completa, para que o nosso associado conheça o que tem à disposição dele. Aos ativos, oferecemos, sobretudo, capacitação, através de cursos e estudos. Além disso, pretendemos intensificar a divulgação, nos estados, das ofertas que a ANFIP oferece tanto para os beneficiários primários quanto para seus dependentes", destacou.

Em favorecimento dos recém-aposentados, a conselheira apresentou as duas ações judiciais impetradas pelo setor Jurídico da ANFIP, o Pasep e o Anuênio, além de planos para os pensionistas, que podem ser melhor explorados na página da Entidade. Em relação aos associados em atividade, a vice-presidente recomendou o Guia da Nova Previdência do Serviço Público, elaborada pela Associação, em preocupação com o fornecimento de informações essenciais sobre as novas regras de aposentadoria.

Pensando no bem-estar dos associados, a ANFIP também está aceitando propostas de novos serviços, que não estão na grade da Associação. "O importante é, dentro da proposta de trabalho, satisfazer os associados em seus desejos e demandas, sempre em prol do seu favorecimento. Temos, ainda, o desejo de aproximação com o público, através da série ANFIP Conectada, que proporcionou o estabelecimento de um canal de comunicação direta entre os associados e a entidade", finalizou.

Previdência

Vilson Antonio Romero, em sua exposição, frisou que o Guia está disponível para todos os associados, bastando solicitar diretamente nos canais de comunicação da ANFIP. O Auditor Fiscal explicou as quatro Emendas à Constituição aprovadas desde a Constituição de 1988, com alterações específicas e substantivas nas aposentadorias dos servidores públicos.

"Antes da Emenda 20, de 98, as regras para os servidores eram absolutamente simples. A atualização das aposentadorias integrais e proporcionais baseadas nas regras anteriores à EC n° 20 eram com paridade, ou seja, tudo o que fosse dado aos ativos era estendido aos aposentados e pensionistas. Com a Emenda 20, além da substituição do tempo de serviço pelo tempo de contribuição, também surge o requisito de idade mínima, tanto na parte permanente do texto quanto nas regras de transição. Em 2005, foi instituída a regra de combinação entre idade e tempo de contribuição, que foi, efetivamente, a principal mudança previdenciária, proporcionada pela EC n° 47. A nova previdência, de 2019, foi rapidamente debatida e teve como principal mudança a exigência de uma nova idade mínima, também explicada no Guia publicado pela ANFIP".

Essa foi a segunda parte da live, a primeira, que tratou do plano de saúde e dos serviços assistenciais, pode ser conferida aqui.

Para ver o vídeio completo da IV ANFIP Conectada, clique aqui.

https://www.youtube.com/547efc85-c3e6-4130-a29b-0721eb7ef6db